



DIRETORIA DE PESQUISA - DPE
COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS – CONAC

**Sistema de Contas Nacionais - Brasil
Referência 2000**

Nota metodológica nº10

Contas Econômicas Integradas
(versão para informação e comentários)

Versão 1

As Contas Econômicas Integradas – CEI, constituem o núcleo central do Sistema de Contas Nacionais oferecendo uma visão do conjunto da economia pois, numa única tabela, mostram a renda gerada no processo produtivo, sua distribuição (primária e secundária) entre os agentes econômicos, sua utilização em consumo final e, ainda, o montante da poupança destinado à acumulação de ativos não-financeiros. Estão dispostas, em colunas, as contas dos setores institucionais, do resto do mundo e de bens e serviços, incluindo, também, uma coluna para a soma dos setores institucionais, isto é, o total da economia onde os macroagregados são diretamente visíveis e, nas linhas encontram-se as operações, por grupo de contas.

A elaboração das Contas Econômicas Integradas - CEI, envolve duas fases: o equilíbrio das operações individualmente e a coerência global através da avaliação das contas dos setores.

Equilíbrio das Operações

1) Operações de bens e serviços

- Produção e consumo intermediário

As operações da conta de produção são comuns a setor de atividade e setor institucional. Na construção das Tabelas de Recursos e Usos - TRUs, descrita no texto nº, ficam detalhadas as operações tanto por atividade quanto por setor institucional, uma vez que os dados são carregados na base com um conjunto de atributos que identificam a operação, o modo de produção (se o produtor é empresa ou família), o setor de atividade e o setor institucional. Assim, sabemos que atividades produziram, por exemplo, o produto “laticínios e sorvetes”, quanto foi produzido por empresas formalmente organizadas e quanto pelas famílias (produção informal), quanto da parcela formal foi realizada por grandes produtores, etc.

No processo de síntese das operações de bens e serviços, buscando o equilíbrio entre oferta e demanda por produto, toda modificação efetuada pelos especialistas também é acompanhada de atributos de forma a identificar o setor de atividade/institucional ou modo de produção, etc.

- Consumo final das famílias

No caso do consumo final das famílias, a articulação é simples e direta. Seu valor, resultante da síntese de bens e serviços, é integralmente alocado à conta das famílias, como uso.

- Formação bruta de capital fixo

Em relação à formação bruta de capital fixo¹, sua estimativa via análise de recursos e usos de bens e serviços é acompanhada pela construção de uma matriz de formação de capital, cruzando informações pelo lado da oferta e da demanda, pelas grandes categorias de bens de capital (máquinas e equipamentos, construção, meio de transporte e outros). A oferta é dada pelas informações por produto resultantes das análises de oferta e demanda dos bens e serviços. Pelo lado da demanda, as informações são provenientes da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) para as empresas e instituições privadas sem fins lucrativos a serviço das famílias (IPSFLSF). Para as administrações públicas as estimativas provem de suas fontes contábeis. Nos dois enfoques - setores institucionais e atividades - as informações de investimento em formação de capital são parciais. Essa tabela serve, então, de instrumento para estimativa dos gastos em formação de capital, realizados pelos setores

¹ Maiores detalhes ver nota metodológica nº18 – Formação Bruta de Capital Fixo.

institucionais e atividades restantes, testando a validade dos resultados obtidos por saldo através da análise geral da consistência das informações.

- Variação de estoques

A operação variação de estoques é ao mesmo tempo elemento do equilíbrio de oferta e demanda de bens e serviços (tabelas de recursos e usos) e da conta de capital dos setores institucionais. A compatibilização entre as duas estimativas exige estudos específicos pois os valores originais disponíveis (estoques iniciais e finais) devem ser ajustados para excluir o conteúdo de valorização neles contidos. A variação de estoques interfere tanto na definição do valor de produção como na de consumo intermediário.

Pelo lado de bens e serviços, no ano-base as variações de estoques por produto são estimadas a partir dos valores dos estoques iniciais e finais dos balanços. Nos anos correntes, as variações de estoques decorrem do equilíbrio dos produtos, sendo estudados à parte o comportamento dos estoques de alguns produtos como o rebanho, o petróleo e derivados e o álcool.

- Importação e exportação

Os valores das exportações e importações definidos nas tabelas de recursos e usos são transcritos na CEI e, como dizem respeito apenas a operações de produtos, figuram somente nas colunas do resto do mundo e de bens e serviços.

2) Operações de Repartição

2.1) Operações comuns às TRUs e às CEI

- Ordenados e salários

O total de pagamentos de ordenados e salários feitos pela economia nacional é proveniente das tabelas de recursos e usos, o qual é acrescido dos salários pagos pelo resto do mundo para se obter o montante total dos usos. Nas TRUs os resultados são estimados por atividade e por setor institucional em função dos atributos definidos. É desenvolvido todo um trabalho específico para a conta da renda de confronto entre os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e das fontes pagadoras: pesquisas econômicas, DIPJ, demonstrações contábeis etc.²

Os ordenados e salários pagos pelos diversos setores são recursos unicamente das famílias, salvo a parcela paga a não-residentes que figura na coluna do resto do mundo.

- Contribuições sociais efetivas dos empregadores

As informações sobre contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores, que aparecem originalmente como uso na conta de geração da renda dos setores institucionais ou de atividades, correspondem, ao valor devido no exercício (regime de competência). Do lado das administrações públicas, para quem representa um recurso na conta de alocação da renda primária, o registro desta operação corresponde ao efetivamente recebido (regime de caixa). Entre os dois registros há, pois, uma discrepância decorrente de regras institucionais quanto ao prazo para pagamento efetivo e de atrasos por parte do empregador. Nas contas nacionais o momento de registro das contribuições sociais deve ser o de competência e não o de entrada de caixa das administrações públicas, a discrepância entre estes dois registros deve figurar nas contas financeiras como uma variação de ativo das administrações públicas. Como o SCN não

² Maiores detalhes ver nota metodológica nº7 Renda do Trabalho e Ocupação.

apresenta, ainda, as contas financeiras foi tomado o dado das administrações públicas como parâmetro.

A diferença entre o montante pago de contribuições sociais e o recebido pelas administrações públicas, tomando como referência, tem como consequência um aumento do excedente operacional das empresas e dos saldos subsequentes. Os ajustes foram definidos separadamente para as contribuições à previdência social (INSS), ao FGTS e ao PIS/PASEP.

Em relação às contribuições dos empregadores à previdência privada, suas estimativas vêm da conta destas entidades (recursos), e são repartidas como uso dos setores de atividade/institucionais a partir das informações das fontes pagadoras, porém respeitando-se os dados das administrações públicas e das empresas financeiras.

- Contribuições sociais imputadas dos empregadores

As contribuições sociais imputadas referem-se ao montante de aposentadorias e pensões pago pelas administrações públicas aos seus ex-funcionários ou seus beneficiários, deduzido o valor das contribuições dos funcionários ativos para o plano de seguridade social do servidor e para as caixas de pensão. O montante dessas contribuições é fornecido pela conta das administrações públicas.

- Outros impostos sobre a produção

Os outros impostos sobre a produção estão incluídos no valor da produção dos diversos setores e compreendem os impostos sobre folha de pagamento e demais impostos e taxas. A repartição por setor de atividade está descrita no capítulo relativo às tabelas de recursos e usos que deram origem, também, a repartição por setor institucional.

2.2) Operações referentes apenas ao setores institucionais

São operações que figuram a partir da conta de alocação da renda primária, ou seja, a partir das rendas de propriedade. Para este conjunto de operações são elaboradas matrizes de "recursos/ usos" ("quem a quem"), relacionando as informações básicas dos diversos setores, preenchendo-se as células correspondentes aos setores recebedores/pagadores de cada transação.

A síntese das operações de repartição traduz-se, num primeiro momento, na busca do equilíbrio entre o total de pagamentos e recebimentos.

O responsável por cada operação irá, então, confrontar e criticar os dados dos setores com informações conhecidas, e propor valores para os setores que não dispõem de informações diretas, seja levando em conta sua contrapartida, seja fazendo estimativas diretas ou, então, definindo-os por saldo. Diferenças entre informações de recursos (recebimentos) e usos (pagamentos) podem decorrer do nível de cobertura da informação de base mas, também, de conceitos distintos ou de defasagens temporais, podendo estas últimas estar ligadas a problemas de momento de registro. A síntese das operações de repartição é estruturada a partir do estabelecimento de uma hierarquia de setores institucionais e definição de setor-piloto para servir de balizamento nos confrontos entre informações dos diversos setores. Cada uma das linhas da CEI corresponde as bordas das matrizes de cada operação.

- Impostos correntes sobre a renda e o patrimônio, contribuições e benefícios sociais

Estas operações têm como setor piloto a administração pública uma vez que a totalidade (à exceção das contribuições para a previdência privada) da arrecadação/pagamentos provem das demonstrações contábeis das administrações públicas dos três níveis de governo.

A distribuição dos impostos sobre a renda e o patrimônio, por setor institucional, resulta da análise de cada tipo de imposto. Fontes alternativas são utilizadas na identificação dos setores pagadores tais como a DIPJ para o imposto de renda da pessoa jurídica e para a contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda da pessoa física é totalmente alocado à conta das famílias.

As contribuições e os benefícios sociais são os principais fluxos relacionados a um sistema de previdência. As contribuições são pagamentos realizados pelos empregadores por conta de seus funcionários, pelos empregados e, também, por trabalhadores autônomos para fazer face a benefícios futuros em razão de aposentadoria, doença, desemprego, etc., constituindo-se em recursos das administrações públicas ou das previdências privadas abertas ou fechadas. Os benefícios sociais são a contrapartida das contribuições e são recursos das famílias. Os benefícios pagos pelas administrações públicas representavam em 2003 mais que 90% do total pago.

- Juros

As operações de juros são recursos e usos dos vários setores institucionais, envolvendo ainda transações entre residentes e não-residentes.

A matriz de juros atende a duplo objetivo. Por um lado, verifica a coerência entre as informações sobre juros pagos e recebidos pelos setores institucionais, estabelecendo o equilíbrio entre usos e recursos. Em complementação, permite obter, por estimativa ou saldo, dados referentes ao setor famílias para o qual não há informação direta.

Nesta matriz, é particularmente importante chegar a coerência interna dos dados. A ausência de uniformidade entre credor e devedor no tratamento contábil das operações financeiras (critério de caixa x critério de competência) gera informações conflitantes que explicam as incongruências e, também, justificam os ajustes realizados.

Em geral, os dados das instituições financeiras foram considerados pilotos para determinar os fluxos desse setor com os demais, pelo detalhe das informações registradas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e pela maior consistência dos seus dados. O confronto dos fluxos entre os setores possibilitou o ajuste dos juros pagos pelas administrações públicas para o registro em regime de competência.

- Dividendos e retiradas

As contas intermediárias das empresas não apresentam o valor dos dividendos distribuídos aos acionistas, dessa forma a síntese desta operação compreendeu duas fases: primeiro, a estimativa dos dividendos distribuídos pelas empresas e, em seguida, a construção de uma matriz para se obter o equilíbrio entre usos e recursos.

A principal fonte para a estimativa dos dividendos distribuídos pelas empresas é a DIPJ que apresentam, para as empresas obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real, os dividendos ou lucros distribuídos na ficha referente à demonstração do lucro ou prejuízo acumulado e, na demonstração do resultado do exercício, as despesas de juros sobre o capital próprio.

Para as empresas não-financeiras privadas foram acrescentados, ainda, a título de distribuição de lucros que tem como único destino o setor famílias, o excedente operacional bruto de algumas atividades exercidas, principalmente, por profissionais liberais. O total de dividendos distribuídos é obtido acrescentando-se o montante pago pelo resto do mundo.

Pelo lado dos recursos a DIPJ informa a receita de juros sobre capital próprio, por setor de atividade. Os registros contábeis das administrações públicas e das instituições financeiras também apresentam dados de dividendos recebidos. Foram, ainda, realizadas estimativas para os

dividendos recebidos pelas previdências fechadas a partir de informações das principais entidades previdenciárias. O saldo dos dividendos pagos e não identificados foi alocado às empresas não-financeiras e as famílias.

- Renda da terra

Registram, basicamente, os recebimentos pelas administrações públicas de direitos de subsolo (*royalties*) referentes à utilização de recursos hídricos, exploração de recursos minerais e *royalties* pela produção de petróleo e cujos desembolsos são feitos pelas empresas não-financeiras.

- Rendimento de propriedade atribuído aos detentores de apólices de seguro, prêmios líquidos e indenizações de seguros não-vida

Tanto o montante total dessas operações quanto sua repartição entre os setores contrapartida são estimativas realizadas pelo responsável pelas contas do subsetor instituições de seguros e previdência.

- Transferências correntes diversas e de capital

A compatibilização entre as informações de origem e destino das operações transferências correntes diversas e transferências de capital foi feita cruzando as informações de recursos e usos provenientes das contas setoriais e do resto do mundo com propostas sobre procedência e destino destes fluxos setoriais com base na análise das transações que os compõem.

Na conta das administrações públicas, a maior parte dos recursos classificados como transferências correntes diversas refere-se a multas sobre impostos e contribuições que, em geral, a distribuição entre os setores contrapartida foi proporcional ao montante dos impostos pagos. Pelo lado dos usos os itens mais relevantes são as doações para as ISFLSF e pagamentos de prêmios e de indenizações pagos às famílias. As ISFLSF apresentam na declaração à Receita Federal o montante de doações recebidas. Para as grandes empresas foram considerados como transferências as despesas com doações a instituições culturais, de ensino, entidades civis e outras.

- Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos

Nesta operação são registrados o resultado líquido da compra e venda de terrenos e o valor das concessões e permissões na área de telecomunicações recebidas pelas administrações públicas do setor empresas não-financeiras.

Análise das contas dos setores institucionais

Após o equilíbrio das operações, passa-se a análise da coerência dos resultados das contas do País e de cada setor *per se*, verificando a evolução dos agregados (saldos) desde a geração da renda até a acumulação de ativos. São, também, criticadas determinadas relações macroeconômicas e quando os resultados não parecem adequados retorna-se ao equilíbrio das operações.

As dúvidas e sugestões devem ser enviados para o e-mail da Coordenação de Contas Nacionais:
conac@ibge.gov.br